

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DR. SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamento aprova aumento do efetivo da Polícia Militar

Projeto de lei complementar, de origem do Executivo, amplia quadro de 13 mil para 20.308



Jonas Lemos Campos

Com apoio de 33 deputados presentes em Plenário, o Legislativo autorizou dia 2 o Projeto de Lei Complementar nº 14/08, do governo do Estado, que fixa em 20.308 o efetivo máximo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

A proposta, cujo relator foi o deputado Romildo Titon (PMDB), teve acolhido substitutivo global com duas emendas que foram enviadas pelo próprio governo do Estado.

As emendas resultam de um acordo firmado entre a Comissão de Constituição e Justiça, governo e entidades representativas dos oficiais e praças e tratam basicamente de remanejamento de vagas dentro do quadro de pessoal, para contemplar promoções, e adequar critérios.

Policiais militares lotam as galerias do Plenário Osni Régis e acompanham discussão e votação do projeto, que recebeu duas emendas no texto final

Página 10

Francisco de Oliveira Filho recebe título de cidadão catarinense

Alberto Neves



Deputados entregam placa para presidente do Tribunal de Justiça

Apresentadas propostas para unidade do Parque da Serra do Tabuleiro

Página 9

Blumenau encerra Ciclo de Debates sobre Eleições Municipais

Página 5

Sessão solene homenageia 40 anos da Fetaesc

Alberto Neves



Parlamento destaca quatro décadas de vitória da entidade

Doze deputados estaduais são candidatos a prefeito nas eleições de outubro

Páginas 6 e 7

OPINIÃO

A importância da lei do efetivo da PM

O Projeto de Lei Complementar aprovado no dia 2 de julho pela unanimidade dos deputados estaduais tem significados importantes para a Polícia Militar, fortalecendo a segurança pública, o que proporcionará nos anos futuros mais qualidade no serviço prestado à população.

Hoje temos um efetivo policial militar de pouco mais de 11 mil servidores, o que é muito pouco. A nova lei possibilitará um efetivo de 20.308 policiais militares. No entanto, por óbvio, esse crescimento terá que ser progressivo e não é automático: depende da realização de concurso público para soldados, o que só poderá ser feito mediante decisão administrativa do Governo do Estado.

Os avanços que teremos, de forma gradual e em alguns casos de forma automática, é a progressão na carreira, tanto de praças quanto de oficiais. Mas isso

também fortalecerá a instituição com a conseqüente melhora da qualidade do serviço prestado à população. Progressivamente, os policiais com mais tempo na corporação serão chamados para a realização de cursos de formação de cabos e, posteriormente, para cursos de formação de sargentos. Esses cursos qualificam os servidores, incentivando-os a trabalhar com mais afinco e conhecimento.

Pretendíamos outros avanços para os setores de base dos militares, mas parte de nossas emendas não foram acatadas pelo Poder Executivo. Mesmo assim, com parte das emendas sendo contempladas, passamos a defender a aprovação do projeto. Agradecemos o apoio de todos os deputados, em especial do líder do Governo, Herneus de Nadal e do relator, Romildo Titon. Da mesma forma, agradecemos a contribuição e a sensibilidade de autoridades do

Poder Executivo, do próprio governador Luiz Henrique da Silveira, bem como os secretários Antônio Gavazzoni, Ronaldo Benedet e Ivo Carminati e de autoridades policiais militares que contribuíram para o êxito parcial de nossos pleitos.

Continuaremos trabalhando na Assembleia Legislativa pelo fortalecimento da segurança pública e pelos direitos dos policiais e bombeiros. Cada conquista será comemorada com o mesmo entusiasmo demonstrado ontem pelo militares nas galerias do Poder Legislativo, quando, em uníssono, cantamos a "Canção da PM". Mas, acima de tudo, teremos sempre no horizonte da nossa luta cotidiana os objetivos maiores dos servidores da segurança pública e os legítimos anseios da sociedade por mais segurança.

Deputado Sargento Amauri Soares (PDT)

A sociedade clama por uma justa reforma tributária

Os índices de poupança dos brasileiros não chegam à metade do que os coreanos conseguem guardar. As famílias brasileiras retêm, atualmente, cerca de um quarto dos recursos que a média de um núcleo familiar poupava há 30 anos. A classe média paga mais da metade dos tributos que incidem sobre o consumo, é responsável por 67% da arrecadação do imposto de renda e por 70% da taxa sobre o patrimônio, expresso, por exemplo, no IPTU.

Se abordarmos o panorama empresarial a situação também é preocupante. Há impostos que incidem sobre o faturamento, o lucro e a folha de pagamento, que somados fazem a carga tributária sobre a atividade produtiva ter peso mais que duplicado em relação à média mundial. Por isso, da mão-de-obra à infra-estrutura, da matéria-prima à operação de exportação, tudo é mais difícil para o segmento produtivo nacional. E aí estão se-

tores como o moveleiro, o têxtil e o calçadista para corroborar com a realidade que descrevemos.

Em um ano, o "impostômetro" criado pela Associação Comercial do Estado de São Paulo registrou a cifra de R\$ 212 bilhões recolhidos no Brasil, nas esferas municipal, estadual e federal. O que representa uma média superior a R\$ 1,1 mil por brasileiro. Quantia que não retorna dentro de padrões desejáveis em melhorias da infraestrutura, em saúde, educação e segurança.

A divisão do bolo tributário obedece a um modelo concentrador, em que a maior parte dos recursos arrecadados vai parar nos cofres da União, e a menor parcela fica para os municípios. Tudo envolto num emaranhado de 62 tributos regidos por 3,2 mil normas que regulamentam a vida dos brasileiros e de suas empresas, percentual que é quatro vezes superior à média da burocracia global.

Tantos dados ainda poderiam ser acrescidos a outros para exemplificarmos a necessidade de o país promover uma urgente reforma tributária, capaz de desonerar a economia e estimular o crescimento da sociedade. Ainda mais quando a inflação dá mostras de querer ganhar fôlego.

Há pouco, caiu a CPMF e quase nada se viu em reflexos nos preços, embora houvesse a expectativa de redução de custos em 1,2% ao término da cadeia produtiva. O aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foram os vilões da vez, mas logo o governo federal ainda quis lançar mão da Contribuição Social para a Saúde (CSS). A população e o empresariado clamam por mudanças e uma justa reforma tributária.

Deputado Carlos Chiodini (PMDB)

Vice-presidente assume o comando da Assembleia Legislativa

No início da manhã do dia 30 de julho, no gabinete da presidência, o deputado Julio Garcia (DEM), presidente da Assembleia Legislativa, transmitiu o cargo pra o 1º

vice-presidente da Casa, deputado Clésio Salvaro (PSDB), que comandará os trabalhos até o próximo dia 10. Julio Garcia ficará afastado por motivos particulares.

Drogas e dependência química em debate no dia 10

Ações que promovam prevenção e tratamento à dependência química serão debatidas, dia 10, na Assembleia Legislativa. A iniciativa é da Comissão de Saúde da Casa, que atende um requerimento da deputada Ana Paula Lima (PT).

A reunião será realizada das 14 às 18 horas, no auditório Deputada Antonieta de Barros. Na abertura, a assistente social Jaira Adamczyk fará uma palestra com o tema "Ações propositivas sobre a questão da dependência química em Santa Catarina".

Conforme dados fornecidos pelo Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen/SC), o consumo de álcool aumentou mais de 150% no Brasil nas últimas três décadas. O país está entre os 25 onde esse percentual aumentou mais, seguido pelo cigarro, maconha, cocaína e crack. Dados do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas indicam que são essas as drogas psicotrópicas mais consumidas pelos estudantes do ensino fundamental e médio nas escolas municipais e estaduais.

[AGENDA]

- **Dia 7, 8 horas** - I Seminário Estadual Pró-Convivência Familiar e Comunitária
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dias 7, 8 e 9, 18h30** - Seminário Formação Política para Lideranças Sociais e Entidades Comunitárias
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **Dia 7, 19 horas** - Lançamento do livro Retratos de Santa Catarina
Local: Hall
- **Dia 8, 13h30** - Palestra sobre Regras para as Eleições Municipais em 2008
Local: São Bento do Sul
- **Dia 9, 8 horas** - Reuniões da Semana do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 10, 14 horas** - Audiência Pública para discutir ações propositivas sobre a questão da dependência química em Santa Catarina
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 10, 8 horas** - Reuniões da Semana do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Local: Auditório Antonieta de Barros

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaíne Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Parlamento concede título de cidadão catarinense a Francisco de Oliveira Filho

Presidente do Tribunal de Justiça, que assumiu interinamente o governo do Estado, tem 39 anos dedicados à magistratura

Denise Arruda Bortolon

As galerias do Plenário Osni Régis, na Assembléia Legislativa, ficaram lotadas de autoridades, familiares e amigos do presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho. Ele recebeu o título de cidadão catarinense, dia 1º, data que assumiu o governo do Estado interinamente. O governador em exercício ficará no cargo por nove dias, transmitindo as funções ao vice-governador Leonel Pavan (PSDB), no seu retorno do exterior, previsto para o dia 8 de julho. A volta do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) à titularidade está marcada para o dia 11 de julho.

Natural de Niterói (RJ) e com 68 anos de idade, 39 deles dedicados à magistratura catarinense, Oliveira Filho foi eleito presidente do TJ para o biênio 2008-2009. Graduado pela Universidade Católica do Paraná em 1964, iniciou a carreira como advogado em Curitiba. Sua atuação na Magistratura começou já em Santa Catarina, no dia 14 de maio de 1968, como juiz substituto na Comarca de Blumenau. Ainda como



Autoridades, familiares e amigos do desembargador Francisco de Oliveira Filho lotam galerias e Plenário Osni Régis para prestigiar cerimônia

juiz, atuou em Palmitos, Orleans, São Francisco do Sul, Joaçaba (1ª e 2ª Varas) e Florianópolis (6ª Vara Cível). É Mestre em Direito e leciona na Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (graduação) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Uma vida ligada à história do Judiciário em SC

Conforme o proponente da homenagem, o líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, a vida do desembargador está diretamente ligada à história do Judiciário catarinense. Foi juiz corregedor e depois promovido a desembargador do TJ em 1989. Também foi corregedor-geral do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), presidente do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, presidente do Colégio dos Corregedores da Justiça do Brasil, corregedor-geral da Justiça, presidente da Segunda Câmara de Direito Público, presidente do Grupo de Câmaras de Direito Público, presidente da Seção Civil do Tribunal de Justiça.

Após receber dos deputados a placa de cidadão honorário, Oliveira Filho agradeceu a honraria e disse que já se sentia catarinense

de fato, mas agora também o é de direito. Ele lembrou momentos que fizeram o Judiciário catarinense ser reconhecido em todo o país, como a posse da desembargadora Tereza Grizólia Tang, na presidência do Tribunal de Justiça. Falou da iniciativa pioneira do desembargador Ayres Gama Ferreira de Melo, de instituir o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário. Destacou também o fato de os reitores Diomário Queirós e Rodolfo Pinto da Luz de, na UFSC, terem criado o primeiro Fórum Universitário, o pioneirismo no voto eletrônico e o petição eletrônico, entre outras ações importantes. "Não sou juiz para viver, mas vivo para ser juiz, em toda a extensão da palavra. Magistrado só tem vida pública, esteja onde estiver."

Fizeram parte da Mesa, além do

presidente da Casa em exercício, deputado Clésio Salvaro (PSDB), o presidente do TJ, também em exercício, desembargador Alcides dos Santos Aguiar, o arcebispo de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, o vice-prefeito de Florianópolis, Rubens Carlos Bita Pereira (PMDB), o presidente do Tribunal de Contas do Estado, José Carlos Pacheco, o reitor da UFSC, Alvaro Prata, a representante do Ministério Público estadual, Gladys Afonso, bem como o deputado Marcos Vieira.

Ainda estiveram no evento os deputados Professor Sérgio Grando (PPS), Antônio Aguiar, Moacir Sompela, Renato Hinnig e Herneus de Nadal, do PMDB, Narcizo Parizotto (PTB), Sargento Amauri Soares (PDT), Gelson Merisio (DEM), Décio Góes (PT), Jorginho Mello e Serafim Venzon (PSDB).



Proponente da homenagem, deputado Marcos Vieira entrega honraria

LUTO

Morre ex-ministro do TCU Adhemar Ghisi

O catarinense Adhemar Paladini Ghisi, ministro aposentado do Tribunal de Contas da União (TCU) e ex-deputado estadual e federal, morreu dia 2, em Lisboa, aos 78 anos de idade, em consequência de uma pneumonia contraída em viagem de férias pela Europa.

Considerado um dos principais líderes políticos do Sul catarinense, Ademar Ghisi exerceu dois mandatos de deputado estadual e cinco de deputado federal. Foi defensor das reivindicações dos mineiros de Criciúma, dos pescadores de Laguna e Jaguaruna.

Por sua significativa atuação, foi um dos mais respeitados representantes da região na Assembléia Legislativa e na Câmara dos Deputados.

Natural de Braço do Norte, no Sul do estado, e formado em Direito pela PUC de Porto Alegre, Ghisi iniciou sua carreira

política na antiga UDN, depois filiou-se à Arena e mais tarde ao sucessor PDS. Por imposição constitucional, nos 15 anos em que atuou como ministro suspendeu sua filiação e em 2000, voltou a filiar-se.

A Embaixada do Brasil em Portugal providenciou seu

translado para o Brasil. O corpo está sendo velado nesta sexta-feira, dia 4, no Tribunal de Contas da União, em Brasília, e será sepultado em Brasília, onde Ademar Ghisi residia desde 1985, quando assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

INSTITUCIONAL

Fotos: Alberto Neves



Autoridades, sindicalistas, funcionários, trabalhadores rurais e familiares prestigiam solenidade, requerida pelo deputado Herneus de Nadal, para destacar atuação da entidade

Sessão homenageia 40 anos da Fetaesc

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina ganha livro resgatando sua trajetória

Andreza de Souza

Credibilidade foi a palavra que marcou a sessão solene em homenagem aos 40 anos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), realizada dia 2, no Plenário Osni Régis.

Autoridades, sindicalistas, funcionários, trabalhadores rurais e familiares participaram do evento presidido pelo deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB).

Na sessão proposta pelo líder do governo na Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), as manifestações destacaram a história e a luta do movimento sindical, bem como suas conquistas durante as últimas quatro décadas. “Sei da importância da Fetaesc para a valorização do homem do campo na luta de uma vida melhor”, disse Peninha, que também é engenheiro agrônomo.

Por sua vez, Nadal se referiu à entidade como capacitadora dos trabalhadores rurais na busca de uma melhor qualidade de vida. Credibilidade, organização, integração, unidade e solidariedade nortearam a fala do parlamentar,

que destacou algumas conquistas da federação ao longo dos anos.

Reconhecimento da categoria profissional, garantia de aposentadoria aos trabalhadores, salário maternidade, acordos coletivos de trabalho para os assalariados rurais, condições de estender benefícios para a agricultura familiar, criação das cooperativas de crédito, viabilização de recursos para compras de áreas de terras, assistência jurídica para os agricultores, assistência na área da saúde e regularização de documentos, foram citadas pelos parlamentares.

“É por isso que a Assembléia Legislativa reconhece a trajetória vitoriosa da entidade em favor de milhares de catarinenses que produzem a riqueza e o progresso desse maravilhoso estado”, declarou Nadal.

No vídeo apresentado pela Fetaesc, foram destacados o objetivo da criação da Fetaesc, os direitos e deveres dos trabalhadores, a história e as dificuldades enfrentadas por cada um. Pelo material institucional, dedicação e trabalho foram fatores essenciais para o sucesso da federação.



Deputados Jorginho, Vieira, Herneus, Sopelsa, Reno e Pedro Uczai com o presidente da Fetaesc, Hilário Gottselig

Honrarias para quem ajudou a construir a história

Depois da entrega das placas e homenagens ao presidente, ex-dirigentes e ex-funcionários que colaboraram por mais de 30 anos com a entidade, representantes de diversas entidades se manifestaram na tribuna. Entre eles, Nivaldo Santana, da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que resgatou o “passado glorioso” da Fetaesc. O vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Alberto Ercílio Beroch, reforçou a importância do movimento sindi-

cal no Brasil. “Que hoje seja um dia de estímulo para continuarmos na luta por dias melhores para nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais”, disse.

Falando em nome dos homenageados, o presidente da Fetaesc, Hilário Gottselig, manifestou seu orgulho e sua satisfação. “Não tenho dúvida que esse momento vai repercutir no meio rural”. Ele ressaltou o trabalho desenvolvido, a garra, a luta, a importância das pessoas do campo e a credibilidade da federação no contexto

catarinense. Por fim, desejou mais 40 anos de história para a federação.

Na oportunidade, foi lançado o livro “Fetaesc: 40 anos promovendo uma agricultura saudável”, do engenheiro agrônomo e professor Francisco da Cunha Silva.

O evento também foi prestigiado pelos deputados Professor Sérgio Grando (PPS), Ivan Naatz (PV), Marcos Vieira e Jorginho Mello (PSDB), Moacir Sopelsa (PMDB), Reno Caramori (PP) e Pedro Uczai (PT).

INSTITUCIONAL

Blumenau encerra Ciclo de Debates sobre Eleições Municipais de 2008

Iniciativa foi objeto de um protocolo de intenções firmado entre Parlamento, TRE e TCE

Graziela May Pereira

Blumenau foi o décimo e último município a receber o Ciclo de Debates sobre as Eleições Municipais de 2008, no dia 27 de junho. O ciclo, que teve como finalidade esclarecer os participantes sobre as dúvidas em relação às normas que regem o pleito deste ano, teve início em Otacílio Costa, no dia 4 de abril.

O debate é objeto de um protocolo de intenções, firmado entre o Parlamento, por meio da Escola do Legislativo, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC). Além das regras do processo eleitoral, as prestações de contas e o que pode e o que não pode ser feito no último ano de mandato também foram abordados nos encontros.

Todas as reuniões contaram com a palestra sobre Acessibilidade, ministrada por Clerson Larroyd, arquiteto da Assembléia Legislativa, e por Ana Philippi, da Fundação Catarinense de Educação Especial. "A Acessibilidade é um direito de todos. O mundo tem que estar ao nosso alcance e por isso temos que aprender a



Fotos: Carlos Kilian

Elton Carsten, do TRE, adverte candidatos da necessidade de emitir recibos eleitorais na campanha

conviver com as diferenças", disse Larroyd.

As regras para as eleições de 2008 foi o tema mais debatido nos encontros. Em Blumenau, quem tratou do assunto foi o representante do TRE, Alessandro Abreu. Ele destacou a propaganda eleitoral como principal dificuldade entre os pré-candidatos. "Na justiça eleitoral sempre existem ino-

vações. O candidato deve prestar a atenção naquilo que está fazendo." Como inovação, Alessandro afirmou que, no caso da eleição majoritária é obrigatório constar o nome do prefeito, vice-prefeito e coligação em qualquer material de divulgação. "Não há multa definida, mas se um dos itens não for respeitado, o material poderá ser recolhido causando prejuízo

ao candidato", falou. O também representante do TRE/SC, Elton Carsten, falou sobre Prestações de Contas. Em relação aos recibos eleitorais, Elton explicou que eles são documentos oficiais que viabilizam e legitimam a arrecadação de recursos. "É obrigação do candidato emitir os recibos. Toda e qualquer doação tem que estar descrita nestes recibos."

Balanço

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), comemorou o sucesso do evento. "Estou muito contente com a realização do ciclo. Isso só demonstra a credibilidade depositada nos nossos cursos. O objetivo do debate é propiciar o esclarecimento e estamos conseguindo."

A diretora da Escola do Legislativo, Carla Pedrozo, também fez um balanço positivo das 10 reuniões do Ciclo de Debates. Prova disso está na própria ampliação do número de encontros, inicialmente programados em apenas oito. "Alcançamos nosso objetivo e tenho certeza que menos equívocos irão acontecer durante as eleições."

Itajaí esclarece dúvidas sobre pleito

O Ciclo de Debates sobre as Eleições Municipais em 2008 também foi realizado em Itajaí, no dia 26 de junho, esclarecendo dirigentes partidários, candidatos e pré-candidatos sobre as mais variadas dúvidas quanto às normas que regem o pleito deste ano. Carla Pedrozo alertou que os pré-candidatos participantes do curso serão acompanhados durante o pleito eleitoral para a verificação de resultados. "Nossa intenção é acompanhar os pré-candidatos. Queremos verificar quantos deles entenderam o que foi amplamente debatido", completou. Uma palestra sobre o assunto será realizada em São Bento do Sul, a pedido do deputado Silvio Dreveck (PP), no dia 8 de julho.

O evento, que aconteceu no Colégio Cenecista Pedro Fayal, reuniu cerca de 50 pessoas e começou com a palestra sobre "Acessibilidade", com o arquiteto Clerson Larroyd e a represen-

te da Fundação Catarinense de Educação Especial, Ana Philippi. "Muitos dos obstáculos do dia-dia poderiam ser evitados se todos nós prestássemos atenção na acessibilidade", disse Ana. Larroyd completou que o mundo é diferente e a diferença deve ser respeitada. "Essas diferenças permitem a todos nós vivermos experiências novas. A acessibilidade é compromisso de todos."

Legitimidade

Sobre as regras para as eleições, o especialista em Direito Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral, Daniel Schaefer, afirmou que a ata registrada é o único documento que prova a legitimidade das convenções. Em relação ao número de vagas para concorrer a uma vaga eletiva, Daniel disse que as novas regras definem que cada partido isolado pôde apresentar até 150% de candidatos para a

vaga. "Ou seja, se houver 10 vagas para vereador em determinado município, cada partido isolado pode apresentar 15 candidatos."

No período da tarde, mais duas palestras foram apresentadas aos participantes. A primeira, sobre Arrecadação de Recursos e Prestações de Contas, com a analista judiciária eleitoral do TRE-SC, Denise Schlickmann, atraiu a atenção dos participantes por esta ser considerada uma questão imprescindível para as eleições.

O assessor jurídico da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Marcos Fey Probst, falou sobre Término de Mandato eletivo: possibilidade e restrições no último ano de mandato. Segundo ele, com o aumento do percentual de gastos com pessoal nos últimos 180 dias do mandato do prefeito, as despesas só poderão aumentar se a receita corrente líquida acompanhar o crescimento.



Ana Philippi, da Fundação Catarinense de Educação Especial

INSTITUCIONAL

Confira quem está no páreo

Joinville

**Darci de Matos (DEM)**

Estreou como deputado estadual com a missão de atrair um campus da Universidade Federal de Santa Catarina para o Norte do estado. Graduado em Economia pela Universidade da Região de Joinville (Univille), pós-graduado em Administração e Marketing, Darci conquistou o primeiro mandato como vereador em 2004. Foi duas vezes presidente da Câmara de Joinville e neste ano tenta a cadeira de prefeito da maior cidade de Santa Catarina.

**Kennedy Nunes (PP)**

Clarikennedy Nunes assumiu na Assembleia erguendo a bandeira em defesa dos micro e pequenos empresários. Redução de impostos e ampliação de recursos do artigo 170 da Constituição Estadual, que garante bolsas de estudos para universitários carentes, foram pontos por ele destacados no Parlamento. Comunicador, Kennedy ingressou na política, em 2001, como vereador de Joinville, sendo reeleito em 2004. Em 2006 elegeram-se deputado estadual.

Criciúma

**Clésio Salvaro (PSDB)**

Disputou sua primeira eleição para vereador em Siderópolis, em 1988, elegeu-se com 428 votos. Concorreu à reeleição, em 1992, obtendo a maior votação da história do município. Presidiu o legislativo por dois anos. Em 1994, concorreu a uma vaga na Assembleia e conquistou 16.640 votos, o que lhe rendeu a 5ª suplência. Em 1998, concorreu novamente, fazendo 26.526 votos e ficando na 1ª suplência. Em 2002 elegeram-se deputado estadual, com a conquista de 48.302 votos. Candidatou-se nas eleições municipais de Criciúma em 2004, ficando com o 3º lugar. Nas eleições

de 2006 conquistou 59.061 votos sendo o mais votado pelo PSDB, obtendo a terceira maior votação para a Casa Legislativa.

**Décio Góes (PT)**

Décio Gomes Góes é natural de Criciúma. Formado em Arquitetura e Urbanismo, profissão que exerce até hoje através de seu escritório. Filiado ao PT desde 1988, foi presidente do diretório municipal de 1993 a 1996.

Em 2000, chegou à prefeitura de Criciúma, quando recebeu os prêmios: "Prefeito Amigo da Criança" e "Prefeito Amigo da Família". Foi reeleito em 2004. Em 2006 elegeram-se deputado estadual.

Balneário Camboriú

**Edson Piriquito (PMDB)**

Edson Renato Dias é natural de Balneário Camboriú, onde iniciou sua carreira política como vereador. Em 2004, candidatou-se a prefeito, conquistando 21.877 votos. Com os 28.366 votos conquistados para deputado estadual em 2006, foi o primeiro suplente do partido, tendo sido efetivado em 2007. Atuou nas comissões de Turismo e Meio Ambiente; de Segurança Pública e na de Saúde. Licenciado por 60 dias, a partir de 4 de junho de 2008.

**Dado Cherem (PSDB)**

O deputado Luiz Eduardo Cherem está em seu segundo mandato na Assembleia Legislativa. Graduado em Odontologia, ingressou na vida política em 1988 como vereador, em Balneário Camboriú. Foi vice-prefeito em 1992. Em abril de 2004, assumiu a Secretaria de Estado da Saúde, pasta que voltou a ocupar no segundo mandato de Luiz Henrique. Candidato, deixou a secretaria no mês de junho, reassumindo a cadeira no Legislativo. No mesmo dia, licenciou-se da Assembleia Legislativa.



Eduardo Guedes de Oliveira

Dos 12 deputados estaduais, seis vão se enfrentar nas disputas de Joinville, Balneário Camboriú e Criciúma

Doze deputados estaduais disputam prefeituras

Sete são parlamentares titulares licenciados, três estão em atuação e dois são suplentes que ocupam vaga no Legislativo

Rodrigo Viegas

As convenções municipais realizadas nos últimos dias de junho confirmaram a presença de 12 deputados estaduais nas eleições para prefeito em outubro. Entre eles, estão parlamentares suplentes que ocupam vaga no Legislativo (2), deputados titulares licenciados (7) e em atuação (3).

Apesar do número de pretendentes ser expressivo, apenas três cidades reunirão metade destes candidatos e terão confronto entre colegas de Parlamento: Joinville, Criciúma e Balneário Camboriú.

Maior colégio eleitoral do estado, Joinville terá como adversários os deputados Darci de Mattos (DEM) e Kennedy Nunes

(PP), ambos licenciados para dedicarem-se integralmente à campanha.

Em Criciúma o deputado e ex-prefeito Décio Góes (PT) será adversário do deputado Clésio Salvaro (PSDB), primeiro vice-presidente da Assembleia.

Por enquanto, os dois permanecem exercendo suas funções no Legislativo. Salvaro, inclusive, ocupa a presidência da Casa com o breve afastamento do presidente, deputado Julio Garcia (DEM), que retorna no dia 10 de julho.

Já em Balneário Camboriú disputam o ex-secretário de Estado da Saúde, deputado Dado Cherem (PSDB), e o deputado Edson Piriquito (PMDB). Piriquito, que chegou à Assembleia como

suplente, foi efetivado com a saída do ex-deputado, e agora desembargador, João Henrique Blasi.

Os demais deputados candidatos não competirão com colegas de Parlamento na corrida eleitoral. Cesar Souza Júnior (DEM) disputa o Executivo da Capital; Dagomar Carneiro (PDT) concorre em Brusque e Genésio Goulart (PMDB) tenta voltar à prefeitura de Tubarão, todos licenciados do Legislativo.

Em Itajaí, Jandir Bellini (PP) vai tentar o cargo que já ocupou por duas vezes. Já os suplentes Ivan Naatz (PV) e Valdir Cobalchini (PMDB), em atuação na Casa Legislativa, concorrem em Blumenau e Caçador, respectivamente.

Confira quem está no páreo

Tubarão

**Genésio Goulart (PMDB)**

Natural de Laguna, o parlamentar cumpre o segundo mandato na Assembleia, reeleito com 33.293 votos. Preside a Comissão de Saúde. Comanda a Cooperativa de Eletrificação Rural Anita Garibaldi - Cergal. Foi pecuarista e comerciante até tornar-se empresário. Foi eleito vereador em Tubarão em 1992, município do qual foi prefeito entre 1997 e 2002. Está licenciado desde o dia 4 de junho de 2008 por um período de 60 dias.

Itajaí

**Jandir Bellini (PP)**

Sua trajetória política começou quando se elegeu vereador em Chapecó, cumprindo mandato no período de 1970 a 1973, ano em que, junto com a família, mudou-se para Itajaí, fundando a Frigovale - Frigorífico Vale do Itajaí. Em 1994, o parlamentar elegeram-se deputado estadual. Dois anos depois, em 1996, foi eleito prefeito de Itajaí, e em 2000 alcançou a reeleição. Bellini retornou à Assembleia em 2006, conquistando 50.272 votos.

Blumenau

**Ivan Naatz (PV)**

Residente em Blumenau, advogado desde 1992, professor da rede pública municipal de 1988 a 1994, professor da rede estadual de ensino de 1989 a 1996. Graduado em Direito (1992), pós-graduado em Processo Civil (2003) na Furb e aperfeiçoado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi candidato a prefeito de Blumenau pelo PV em 2004 com 5,54% dos votos. Em 2006, obteve 9.996 votos, ficando na 9ª suplência da

coligação PP/PV/PMV. Assumiu cadeira em 3 de junho, no lugar do deputado licenciado Kennedy Nunes (PP).

Brusque

**Dagomar Carneiro (PDT)**

Assumiu seu primeiro mandato na Assembleia, em 2006. Está empenhado em buscar incentivos e recursos para obras sociais e de infra-estrutura para as regiões do Vale do Itajaí-Mirim, Itajaí-Açu e Vale do Rio Tijucas. Dentista, Dagomar estreou na política em 1997 como vereador. Foi vice-prefeito de Brusque por duas vezes: 2001/2004 e 2004/2006.

Florianópolis

**Cesar Souza Júnior (DEM)**

O deputado Cesar Júnior tem 28 anos, é advogado formado pela Univali. Em 2006, foi eleito deputado estadual com 52.051 votos. Participa das Comissões de Segurança Pública e Turismo e Meio Ambiente. Preside o Fórum Parlamentar Permanente da Cultura Açoriana. Comunicador, no rádio, comandou o "Programa Cesar Souza Júnior" e na televisão fez o quadro "Direito do Consumidor".

Caçador

**Valdir Cobalchini (PMDB)**

O deputado Valdir Cobalchini iniciou na política no PMDB em 1983. Foi assessor do deputado Casildo Maldaner na Câmara. Integrou os governos de Pedro Ivo Campos, Casildo Maldaner, Paulo Afonso. Em 2005, assumiu, como suplente, uma cadeira na Assembleia pela primeira vez. Nos últimos cinco anos e meio, foi secretário de Desenvolvimento Regional em Caçador. Voltou ao Legislativo em junho.

Parlamento conclui segunda turma do Curso de Formação Política

Alberto Neves



Curso estimula debate e reflexão sobre a realidade brasileira

O Parlamento catarinense, por meio da Escola do Legislativo, formou a segunda turma do Curso de Formação Política, dia 30, no Auditório Antonieta de Barros. Com o objetivo de estimular o debate e a reflexão crítica sobre a realidade brasileira e catarinense, com base no estudo do desenvolvimento político e institucional do Brasil e de Santa Catarina, o curso formou 89 alunos.

"O importante para nós é proporcionar uma formação mais aprofundada sobre política e educação para cidadania", afirma a coordenadora da Escola, Carla Vieira Pedrozo. Segundo ela, o curso visa formar não apenas novas lideranças, mas também preparar servidores públicos para uma atuação mais qualificada. "Nós preparamos esse projeto para ser um marco e esperamos que ele contribua para um mundo mais humano e mais justo", acrescenta.

Para o chefe de gabinete da Presidência do Senado Federal e

presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, Florian Coutinho Madruga, a Escola vem desempenhando um importante papel no cenário nacional. "Das 27 Escolas do Legislativo do país, a do Parlamento catarinense é a melhor. O projeto pedagógico serve de modelo para todas as outras", elogiou. Sobre o bom desempenho do curso, Florian acredita que "o Brasil está precisando de pessoas preparadas para a política, que possam dar outro rumo à vida pública do país, dos estados e dos municípios". Ele defende que essa formação deveria fazer parte dos currículos do ensino médio brasileiro.

Além de Carla e Florian, compuseram a mesa de autoridades o secretário de Educação Municipal, professor Rodolfo Pinto da Luz, o diretor-geral da Secretaria de Estado de Educação, Silvestre Heerd, e os professores homenageados pela turma, Simone Ghisi Feuerschutte e João Luiz Gattringer.

Seminário de educação básica

Educação infantil, o papel do Estado, dos educadores e instituições educacionais foram os principais pontos abordados na palestra "Políticas Sociais para a Infância e Adolescência: Prioridade Absoluta", ministrada pela presidente da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (OMEP/BR/SC) e especialista em educação infantil, Elaine Paes e Lima. A palestra abriu o primeiro Seminário Estadual de Educação Básica e do XVII Seminário de

Orientadores Educacionais de Santa Catarina, realizado nos dias 30 e 1º de julho, no Auditório Antonieta de Barros.

O encontro teve como objetivo proporcionar aos profissionais da educação básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio) reflexões do seu papel nas políticas sociais para a infância e adolescência. Outra reflexão foi a respeito da importância do papel do orientador educacional na educação básica.

INSTITUCIONAL

Fotos: Solon Soares



Com o tema "Comunicação, Poesia e Música, Gabriel mostra irreverência e segurança, ora protestando, ora brincando, ora ironizando, sempre com o propósito de chamar a platéia à reflexão

A versatilidade de Gabriel, O Pensador

Rapper protagoniza o 11º encontro do programa O Brasil em Debate da Assembléia Legislativa

Evelise Nunes

Um bate-papo descontraído e bem humorado, com direito a intervenções de leituras, interpretações inusitadas, memórias, poesia e, claro, uma pitada de música. Assim foi a palestra de Gabriel, O Pensador no dia 26 de julho, durante o 11º encontro do programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa, realizado no auditório Antonieta de Barros. Com o tema "Comunicação, Poesia e Música", o rapper não só mostrou o que pensa como fez toda a platéia do auditório lotado pensar sobre o que dizia.

E qualquer que fosse o assunto - cultura, educação, política, sociedade, preconceitos - Gabriel tinha uma idéia a acrescentar. Com graça e segurança, ele protesta, brinca e ironiza.

A palestra iniciou com uma pincelada de seu último livro, "Um garoto chamado Rorberto", vencedor do prêmio Jabuti, na categoria infanto-juvenil em 2006. Com um público mesclado de crianças, adolescentes, jovens e adultos, O Pensador não demorou a chamar alguns pequenos espectadores para ajudá-lo na história como intér-

pretos de alguns dos personagens do livro.

Defensor da educação, o rapper afirmou sentir-se orgulhoso em saber que as crianças ouvem e entendem o que ele diz. "O rap é feito para todas as idades. Mas existe uma identificação maior entre os jovens", explica.

Gabriel também compartilhou suas experiências, a maioria descrita no livro "Diário Noturno", de 2001. Na bagagem, inteligência, irreverência, criatividade, senso de humor, ousadia, coragem, insistência e paciência mostram porque o músico é um dos maiores nomes do rap brasileiro. Ele já invadiu debates e shows de outros artistas para mostrar seus pensamentos. "Sempre sonhei em passar minhas idéias através da música", conta.

O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa é um programa iniciado em 2007, que promove encontros gratuitos com personalidades de destaque nacional e conta com o apoio da Associação Catarinense de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Para a palestra de Gabriel, O Pensador, as inscrições esgotaram-se em poucos minutos.



O Pensador mantém estreita ligação com as crianças, afirmando que elas entendem o que ele diz

O Pensador no teatro

A saga de "Rorberto", personagem central do livro "Um garoto chamado Rorberto" foi transformada em peça teatral, com roteiro do próprio Gabriel, direção de Sura Berditchevsky e direção musical de Tiago Mocotó (irmão do Pensador) e André Gomes. O elenco formado por João Pedro Zappa (Rorberto), Waleska Áreas (Mãe), Cícero Raul (Pai), Brunella Providente (Letícia), Fe-

lipe Haiut (Jonas) e Eduardo Rios (Tonhão) encena a história do menino que superou suas diferenças, como o nome registrado errado pelo pai e os seis dedos na mão direita. Diferente da maior parte dos espetáculos infantis, a peça se desenvolve como um videoclipe onde os cenários se revezam com animações de Renato e Ricardo Vilarouca, projetadas em uma tela.

Opinião

Sobre professores e educadores: Trabalho de formiguinha para recuperar um pouco do espaço que a leitura perde com o passar dos anos para as outras formas de informação e de diversão que vão surgindo.

Sobre a importância da leitura: Ler faz a gente se conhecer através da experiência de outros autores, de histórias de personagens de ficção, de biografias ou de poesias. Ou beber na fonte de idéias totalmente diferentes das nossas.

Sobre a vontade de passar as suas idéias: O que me afligia era ver a população do meu país aceitando tanta coisa injusta, covardia, mentira, impunidade, corrupção, violência. E de forma tão passiva. (...) A vontade de cobrar, de reagir está ficando cada vez mais rara. Além disso, o povo é muito desinformado e tem memória curta.

Fórum apresenta propostas para o Parque da Serra do Tabuleiro

Fatma defende correção dos limites da unidade de conservação com base em cartas e projeções cartográficas, respeitando e adequando situações constatadas no local

Rodrigo Viegas

A Assembléia Legislativa sediou dia 1º a reunião do Fórum Parlamentar Permanente para o Parque da Serra do Tabuleiro. O fórum busca soluções para questões relativas à Unidade de Conservação (UC) do parque e seus limites. Participaram do encontro biólogos da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), representantes dos moradores das comunidades envolvidas, ambientalistas e deputados.

Desde que foi criado, em 1975, o parque, que abrange 1% do território catarinense e inclui cinco dos seis ecossistemas do estado, apresenta problemas em relação ao traçado dos limites. Na reunião, foram apresentadas duas propostas para contemplar as necessidades observadas pelo Grupo de Trabalho do Fórum Parlamentar do Parque (GT/Fórum), formado por representantes das prefeituras, câmaras municipais e comunidades abrangidas pela UC, que funcionam como um instrumento de participação e controle social do processo.

A primeira proposta foi a da Fat-

ma e foi apresentada pela bióloga Ana Cimardi e pelo coordenador do parque, biólogo Alair de Souza. O trabalho baseou-se no acordo firmado em 19 de junho de 2006 entre membros do grupo de trabalho e aprovado pelo fórum em audiência pública no mesmo dia. Também levou em consideração os estudos que diagnosticaram as necessidades dos municípios que abrangem o parque: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes. Engloba também as ilhas de Fortaleza/Araçatuba, Ilha do Andrade, Papagaio Pequeno, Três Irmãs, Moleques do Sul, Coral, dos Cardos e a ponta sul da Ilha de Santa Catarina.

A Fatma procurou, na elaboração da proposta, respeitar as comunidades e atividades situadas no entorno e no interior do parque: Morretes I e II, Passagem do Massiambu, Escola do Rincão, Areias do Macacu, Serra Mar, Guarda do Embaú, Siriti, Gamboa, Naufragados, Pedras Altas, Lagoa do Ribeirão e Fábrica de Vime.

Pela compensação ambiental

As comunidades no entorno participaram do processo com a garantia de ver atendidas a maioria das demandas apresentadas por eles. Segundo o biólogo Alair, "buscou-se fazer uma correção dos limites com base em cartas e projeções cartográficas, respeitando e adequando situações verificadas no parque".

O deputado Décio Góes (PT), coordenador do fórum, elogiou o uso de recursos tecnológicos para o ajuste e definição de limites. "Situações delicadas merecem ser discutidas mais a fundo nos grupos de trabalho."

A segunda proposta, motivada pelo empresário Renato Sehn e pelas prefeituras de Palhoça, Paulo Lopes e Garopaba, foi apresentada pela empresa ERM, uma das maiores consultorias ambientais em atuação no mercado brasileiro. Responsável pela apresentação, Ricardo Sherer afirmou que, apesar de apenas 60 dias para produção da proposta, foram realizados estudos de documentação, do histórico dos conflitos e de viabilidade. Para ele, "os conflitos

de uso, fundiário e antropológico são temas extremamente complexos e que vão exigir muito trabalho e empenho para uma solução adequada. Custos das indenizações, utilização de áreas de alta importância ambiental, proteção dos mais de 100 sítios arqueológicos e alocação das aldeias do Massiambu e Cambirela em terras indígenas são pontos fundamentais", avaliou.

A idéia da ERM, denominada Mosaico das Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras do Massiambu, propõe a construção social e ordenamento territorial, com áreas de amortecimento, transição e desenvolvimento. A proposta baseia-se numa compensação ambiental, garantindo a utilização de pequena parte da área em prol da manutenção das unidades de conservação.

As propostas serão debatidas e aprimoradas em oficinas de trabalho. Os municípios do Litoral reúnem-se nos dias 21 e 22, enquanto os da Serra terão encontro nos dias 24 e 25.



Biólogas Ana Cimardi e Alair de Souza apresentam resultado de trabalho, aprovado pelo Fórum no mesmo dia

"Depoimento sem dano" em discussão

As preocupações de vários órgãos e instituições que atuam no combate à violência e pelo bem-estar de crianças e adolescentes foram relatadas dia 27 na abertura da audiência pública "Depoimento sem dano", realizada na Assembléia Legislativa. A iniciativa da deputada Ana Paula Lima (PT), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, reuniu, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, representantes dos conselhos Regional e Federal de Psicologia, Tribunal de Justiça, Conselho Tutelar e Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil.

O "Depoimento sem dano"



Audiência pública foi iniciativa da deputada Ana Paula Lima

– Projeto de Lei nº 4.126, de 2004 – foi implantado em maio de 2003 e destina-se a ouvir crianças e adolescentes notificados como testemunhas ou vítimas de maus-tratos ou abuso sexual. A finalidade é evitar que crianças e adolescentes necessitem falar mais

de uma vez durante o processo judicial. Neste momento, o ponto de maior debate é o PL, que está sendo discutido pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia (CRP), 12ª região, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Projeto piloto foi implantado em Porto Alegre

O Conselho Federal de Psicologia e a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) fazem sugestões em relação à forma de coleta do depoimento, transformado no Projeto de Lei Complementar nº 35/2007, substitutivo ao PL nº 4.126, de autoria da deputada federal Maria do Rosário (PT/RS).

O projeto piloto foi implantado em 2003, no Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, para ouvir vítimas ou testemunhas. O depoimento é tomado por psicólogos ou assistentes sociais em local conectado por vídeo e áudio a uma sala de audiências. O juiz e demais pessoas vêem e ouvem

o depoimento através de uma televisão. Por comunicação em tempo real com o psicólogo ou assistente social, o juiz pode fazer perguntas e solicitar esclarecimentos. Tudo é gravado e passa a constituir prova nos autos, além de também substituir a avaliação psicológica em muitos casos.

PLENÁRIO

Aprovado aumento do efetivo da PM

Projeto que beneficia Polícia Militar teve votos favoráveis de todos os deputados presentes

Rodrigo Viegas

Depois de quase duas semanas sem sessões ordinárias na Assembléia Legislativa, em virtude das audiências finais do Orçamento Regionalizado em Rio do Sul, Blumenau, São Miguel do Oeste e Chapecó, os deputados retornaram à tribuna no dia 1º de julho. Na sessão do dia 2, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB), o plenário deliberou sobre diversos projetos. Foram aprovados sete Projetos de Lei Complementar (PLC) e um Projeto de Lei (PL) de origem governamental. O principal deles, que movimentou as galerias da Casa, foi o PLC nº14/2008, de origem do Executivo e que prevê o aumento no efetivo da Polícia Militar.

A proposta, cujo relator foi o deputado Romildo Titon (PMDB), teve acolhido substitutivo global com duas emendas que foram enviadas pelo governo do Estado. Elas são fruto de um acordo costurado entre a Comissão de

Constituição e Justiça, governo e entidades representativas dos oficiais e praças e tratam basicamente de remanejamento de vagas dentro do quadro de pessoal, para contemplar promoções, e da alteração de alguns critérios para as mesmas. O deputado Gelson Merísio (DEM) buscou a inclusão de uma emenda prevendo mais uma vaga de tenente-coronel para capelão. Proposição que já havia sido feita pelos deputados Renato Hinnig (PMDB) e Marcos Vieira (PSDB). Colocada em destaque no Plenário, foi aprovada.

O PLC nº14/08 fixa em 20.308 o efetivo máximo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Atualmente este número é de 13 mil. A matéria foi aprovada por unanimidade, 33 votos. Representante da categoria no Parlamento, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) frisou que "parte das emendas propostas pela classe foi acatada, mas ainda existem algumas pendências que deverão ser corrigidas no futuro".



Carlos Kilian

Com apoio de 33 deputados, projeto de lei complementar fixa em 20.308 o efetivo da Polícia Militar

Comandante da PM defende projeto do Executivo

Santa Catarina possui 293 municípios e 24% deles contam com menos de quatro policiais militares. Segundo o comandante da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), coronel Eliésio Rodrigues, esse é um dos principais problemas a serem corrigidos com a aprovação do PL n.º 14/08, que, além de aumentar o efetivo, trata das promoções.

Satisfeito, afirmou que o projeto é de suma importância para o Estado. "Isso faz com que nosso efetivo seja oxigenado, além de melhorar

a auto-estima dos profissionais, já que muitos deles não tinham mais esperança de promoção." Também disse que a contratação do efetivo não será de imediata. "O processo vai ser gradativo e de acordo com a situação do Estado. Hoje, por exemplo, começa uma nova turma com 700 novos policiais."

Sobre os municípios com menos de quatro policiais em seu efetivo, o comandante afirmou que em breve todos os municípios terão no mínimo seis policiais. (GMP)

Solon Soares



Eliésio: contratação do efetivo será gradativa

Deputados autorizam projetos de origem do TJ e do Ministério Público

Também foram aprovados os PLCs 17, 18, 19 e 22/08, os três primeiros de origem do Tribunal de Justiça (TJ) e o último do Ministério Público. O PLC nº 17, aprovado com 33 votos, determina que os cargos de juiz de Direito distribuídos e por distribuir nas Comarcas de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê serão elevados para a entrância final. Já o PLC nº 18, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura, também foi aprovado. Ainda do TJ foi autorizado o PLC nº19/08, que disciplina o instituto da remoção. E o PLC nº 22/08, do Ministério Público, definindo reclassificação de Promotorias de Justiça e de cargos na carreira.

Educação

Também foi autorizado o PLC nº 08/07, do deputado Professor Sérgio Grando (PPS), que regulamenta o artigo 170, com

emenda substitutiva do deputado Pedro Uczai (PT), visando diminuir a porcentagem dos valores das bolsas de estudo. Atualmente, as bolsas concedidas pelas instituições de ensino superior não concedem valores inferiores a 50% da mensalidade. Com a proposta de Uczai, o valor mínimo das bolsas será de 25%, proporcionando um número maior de beneficiados.

Aprovado também o PL nº 146/08. Ele estende o Prêmio Educar, que concede abono para os professores da rede estadual de ensino, com a denominação de Prêmio Jubilar, aos servidores inativos do quadro do Magistério Público Estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial. No entanto, o deputado Pedro Uczai (PT) fez uma ressalva: "Esperamos que em breve uma proposta encaminhada pelo governo contemple categorias que ainda não foram beneficiadas na área da educação."

Vantagens

O PLC nº 49/07, que altera

critérios de concessão de vantagens pecuniárias, foi o que registrou maior polêmica. O deputado Pedro Uczai registrou que o projeto não fazia parte do acordo entre líderes e enumerou suas diferenças em relação à proposta. "Este PLC concede gratificações escandalosas e aumentos imorais para comissionados", declarou.

Em resposta, o líder tucano, deputado Marcos Vieira, afirmou que o projeto "apenas procura regularizar situações que já acontecem e as medidas contidas não estão em desacordo com o estatuto do servidor público". O resultado da votação foi de 24 votos contra apenas cinco da oposição.

Língua Alemã

O município de São João do Oeste, localizado no Extremo-Oeste catarinense, terá o título de "Capital Catarinense da Língua Alemã". Neste sentido foi aprovada a proposição apresentada pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB) com o objetivo de homenagear a comunidade germânica.

PLENÁRIO

Deputados repercutem greve do transporte coletivo na Capital

A greve do transporte coletivo de Florianópolis, iniciada no dia 2, e que atinge aproximadamente 250 mil usuários, foi um dos assuntos comentados por diversos deputados na sessão plenária do dia 3. Para o Professor Sérgio Grando (PPS), o pedido dos empresários, de repasse mensal de R\$ 600 mil pela prefeitura às empresas de ônibus coletivos, é absurda. "Nunca usei recursos públicos para beneficiar empresários de ônibus. Com esse valor dá para pavimentar seis quilômetros de ruas por mês, com drenagem e esgoto", afirmou Grando, que comentou ainda sobre a necessidade de negociação para pôr fim à greve.

Para Dirceu Dresch (PT), houve intransigência dos empresários do setor, que não cumpriram o acordo estabelecido com motoristas e cobradores. "Os trabalhadores estão dispostos ao diálogo, e é preciso uma solução política", afirmou.



Solon Soares

Deputado Professor Sérgio Grando condena pedido feito por empresários

O deputado José Natal Pereira (PSDB) disse que a greve é contra o povo, pois não prejudicou a prefeitura e, sim, os usuários de ônibus. Ao finalizar sua fala reiterou o desejo que o impasse seja solucionado.

Na opinião do Sargento Amauri Soares (PDT) é impres-

cindível que haja negociação entre empresários e trabalhadores, já que os grevistas vão fazer valer seus direitos. "Os patrões têm obrigação de negociar. A caixa preta do transporte coletivo não será aberta, pois é um conchavo dos empresários do setor", criticou.

Busca de apoio para cultura da uva

A importância do cultivo da uva e da produção de vinhos foi o assunto trazido à tribuna pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT) no dia 2. Após visitar o Rio Grande do Sul e constatar que os produtores do estado vizinho recebem incentivos estaduais para melhorar a sua produção, o parlamentar também pretende que os cultivadores de Santa Catarina tenham o apoio

necessário. Segundo Padre Pedro, algumas regiões se destacam na produção, especialmente a região do Vale do Rio do Peixe, além de Urubici e São Joaquim, no Planalto Serrano.

A iniciativa parlamentar é para que se crie o Fundo Estadual da Vitivinicultura (Fundovitis), com a destinação de 2% do ICMS gerado na cadeia produtiva da uva ao

Fundo que dará apoio à pesquisa, promoção e organização da vitivinicultura no estado. "A cultura da uva é fonte de renda para muitas famílias catarinenses", disse. Seguindo a mesma linha de incentivo, o petista destacou ainda o Projeto de Lei nº 184/08, de sua autoria, que cria o "Dia do Vinho", a ser comemorado no segundo domingo do mês de junho.

Reforma política é discutida na Assembléia Legislativa

Reflexões sobre fidelidade partidária, ética e credibilidade política, principalmente no que diz respeito às coligações eleitorais, foram temas abordados por vários deputados durante a sessão do dia 2.

Ivan Naatz, do PV, trouxe à tona o assunto da reforma política. "Precisamos refletir sobre as coligações permitidas e suas conseqüências. Os partidos políticos estão na última linha de credibilidade e a culpa é nossa". Vamos nos unir e cobrar com força a reforma política. É preciso ter identidade", declarou.

Os deputados Jorginho Mello (PSDB), Dirceu Dresch e Pedro Uczai (PT), Ismael dos Santos (DEM) e Professor Sérgio Grando (PPS),

também ressaltaram a necessidade da reforma política. "Esse é um tema que atinge a todos nós. Vamos continuar lutando para que

se faça a reforma", disse Jorginho. Por sua vez, Uczai afirmou que uma reforma fortalece os partidos e estabelece a democracia.



Jorginho: tema que atinge a todos



Dresch: em defesa de mudanças

[GABINETES]

BENEFÍCIOS DA LEI DO SUPERSIMPLES

Na abertura do 34º Encontro Estadual das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Enconampe), realizado dia 27 de junho em Piratuba, Meio Oeste catarinense, o deputado Dirceu Dresch (PT) defendeu que o governo do Estado cumpra o prometido e estenda o benefício da transferência do crédito de ICMS a todos os setores de atuação das micro e pequenas empresas.

Dresch também afirmou aos empresários que participaram do encontro que vai propor a realização de audiências públicas regionais para discutir a implementação de benefícios dispostos na Lei Geral da Microempresa, como o acesso ao crédito, tecnologia e acesso ao mercado externo. Citou o exemplo também da lei das compras governamentais, que garante tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas nas licitações públicas no valor de até R\$ 80 mil e que precisa ser respeitada. (Edson Junkes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

PSICOLOGIA CURRICULAR

A moção encaminhada pela deputada Odete de Jesus (PRB) a Presidência e Vice-Presidência da República e ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a inclusão da disciplina de psicologia na grade curricular obrigatória do ensino médio, ganha força em Brasília. Através de correspondência encaminhada à parlamentar, o vice-presidente José Alencar (PRB) informa que a moção da deputada foi por ele encaminhada ao Ministro da Educação, Fernando Hadadd.

A deputada está se mobilizando no sentido de incluir a matéria em função da tramitação, no Senado Federal, do Projeto de Lei 4/2008 – que altera dispositivos do artigo 36 da Lei 9394 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de autoria do deputado Ribamar Alves, segundo a qual filosofia e sociologia ficam incluídas como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio, excluindo, pois, a psicologia. (Marly de Paulla, assessora da deputada Odete de Jesus)

DIA DA IMIGRAÇÃO UCRANIANA

O reconhecimento à comunidade eslava do Planalto Norte, com a promulgação da lei que cria o Dia Estadual da Imigração Ucraniana, foi recebido com alegria no distrito de Moema, em Itaiópolis, durante os festejos dos padroeiros locais, São Pedro e São Paulo. A informação foi repassada pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB) durante os festejos no último dia 29. Segundo ele, o projeto de sua autoria que originou a Lei nº 14.302 recebeu o apoio do Legislativo e foi sancionado pelo governador como forma de valorizar a participação dos ucranianos para a construção do mosaico social catarinense.

Os ucranianos começaram a chegar ao Brasil em 1891, trazendo o estilo bizantino de suas igrejas, seus trajes bordados, comidas e danças típicas. Em Santa Catarina, os descendentes de eslavos habitam principalmente as cidades de São Bento do Sul, Mafra e Itaiópolis. (Evory Pedro Schmitt, assessor de imprensa da bancada do PMDB)

PISO SALARIAL ESTADUAL

Representantes de centrais e federações sindicais estiveram reunidos no dia 1º com os deputados da Bancada do PT, e com o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) solicitando apoio à criação do piso estadual de salários em Santa Catarina. A iniciativa para tal medida cabe ao poder Executivo, por isso as entidades sindicais estão propondo ao governo do Estado a redação de um projeto que estabelece em R\$ 524,20 o menor piso salarial para os trabalhadores catarinenses.

As centrais e federações sindicais esperam ter o apoio dos deputados para pressionar o governo do Estado a encaminhar o projeto ao Legislativo. Com isso, justificam que ocorreria um impacto positivo na economia catarinense. (Assessorias do PT e do gabinete do deputado Sargento Soares)

COMUNIDADE

Fotos: Divulgação Defesa Civil



Ciclone Catarina devastou a região Sul do estado em 2004

A cultura para prevenir desastres em SC

Iniciativa tem caráter educativo e busca reduzir a vulnerabilidade social frente aos fenômenos naturais

Andreza de Souza

Fazer perceber é o foco do projeto "Percepção de Risco, a Descoberta de um Novo Olhar", que tem como objetivo aumentar a percepção de risco de adolescentes e adultos de Santa Catarina frente aos desastres naturais. A iniciativa inédita da Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania (SJC), por meio do Departamento Estadual de Defesa Civil e do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED/UFSC), será desenvolvida em todas as escolas públicas do estado nos anos de 2008 e 2009.

De caráter educativo, o projeto pretende estimular a criação de uma cultura de prevenção aos fenômenos naturais, ao mesmo tempo em que busca a reflexão e a redução da vulnerabilidade social frente aos desastres. A proposta referenda a participação de Santa Catarina e do Brasil na campanha mundial "A redução de desastres começa na escola", lançada em 2006 com a adesão

de 168 países de todo o mundo. Na América Latina, Guatemala, Peru e Panamá já desenvolvem práticas nesse sentido. Firmado entre o governo e a UFSC durante o 4º Fórum Nacional de Defesa Civil, em outubro do ano passado, em Jaraguá do Sul, o projeto foi lançado em 19 de maio deste ano, na Assembléia Legislativa.

Mudança

Segundo o diretor estadual da Defesa Civil, Capitão Márcio Luiz Alves, o trabalho de prevenção para desastres naturais a ser realizada em Santa Catarina, é para o bem-estar de todos. Sua expectativa é que haja, realmente, sensibilidade para promover a mudança cultural com ações pró-ativas e uma nova postura das pessoas frente ao problema. "É preciso que os jovens assimilem a importância da redução de desastres e levem essa consciência para dentro de suas casas", frisou Capitão Alves.

Sendo os alunos das escolas estaduais o público alvo da inicia-

tiva, o resultado esperado pelos pioneiros é a inclusão do tema no ensino fundamental com conteúdos específicos sobre percepção de risco e prevenção de desastres causados por fenômenos naturais, como inundações, deslizamentos de terras, estiagens e vendavais. A finalidade é a formação de cidadãos catarinenses conscientes dos riscos existentes e da importância de ações para a redução das vulnerabilidades socioambientais.

Na prática, serão produzidos e distribuídos dois mil kits educativos destinados aos alunos das 7ªs séries do ensino fundamental das 1.324 escolas estaduais. O kit será composto de livro didático para professores, gibi para os alunos, boletim informativo, um documentário em DVD, um filme curto de animação e o making of da realização do projeto. Escolas, instituições, Gerências Estaduais de Educação e as 293 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, receberão gratuitamente os materiais no início do ano letivo de 2009.

Educação e comunicação

Como o projeto "Percepção de Risco, a Descoberta de um Novo Olhar" é focado na educação e na comunicação, os alunos terão a oportunidade de participar de um concurso de desenhos e frases para um maior engajamento na campanha. Os trabalhos selecionados serão premiados e ilustrarão um calendário, divulgando as idéias dos adolescentes sobre o tema.

A iniciativa vai fomentar a criação de uma rede cooperativa de comunicação em parceria com a mí-

dia, órgãos públicos e instituições, para que, reflexões e informações sobre a prevenção de desastres sejam difundidas e alcancem o maior número de pessoas.

Outro ponto das ações é o Projeto Piloto de Capacitação, com oficinas teóricas e práticas para lideranças do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, já no segundo semestre de 2008. Ao final das oficinas será realizada ação comunitária de prevenção em parceria com a Defesa Civil.

Alguns pontos do projeto

- Valorizar a solidariedade, a dignidade, a justiça e a cidadania;
- Entender a percepção de risco como um conceito da percepção individual até a global, com diferentes graus de complexidade;
- Propor o diálogo entre a cultura científica e a tradicional para a descoberta de um olhar sobre os riscos ambientais e sociais;
- Compreender que menor sustentabilidade representa maior vulnerabilidade;
- Implementar uma cultura de prevenção de desastres presupondo a articulação de uma teia intersetorial de atuação, onde governo, universidade, comunidade, mídia, organizações do terceiro setor e setor privado, estejam empenhados na conquista de um valor social que beneficia a todos.



Rio Itajaí Açu invadindo Avenida Beira-Rio na enchente que deixou rastro de destruição em Blumenau, em 1983